

APRESENTAÇÃO

A Revista Direito Mackenzie (RDM) inicia o ano de 2024 com a primeira edição do volume 18 reunindo trabalhos de excelência nas três linhas editoriais do periódico. A RDM consolidou-se como importante periódico no campo, de modo que é possível observar um expressivo aumento de submissões, a ampliação do corpo de avaliadores *ad hoc* e o avanço na internacionalização das atividades - reforçando o compromisso de publicar edições bilíngues.

Esta edição presta homenagem ao professor Mario André Machado Cabral, que lecionou na Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie entre os anos de 2016 e 2020 e colaborou intensamente na linha do Poder Econômico e seus Limites Jurídicos. O jurista foi vitimado no final de 2023 e deixa importante legado nos campos do Direito da Concorrência, do Direito da Inovação e da História do Direito, com obras como *A Construção do Antitruste no Brasil* (Editora Singular, 2020) e *Subdesenvolvimento e Estado de Exceção* (Lumen Juris, 2018).

O artigo de abertura, “Encomendas tecnológicas em entes subnacionais”, coautorado pelo professor Mario André e pela professora Débora Coutinho, é um reflexo da sua relevância para o campo. Esse trabalho analisa a importância das encomendas tecnológicas como um catalisador do desenvolvimento econômico e tecnológico em todos os níveis da Federação. Por meio de um estudo de caso, o foco é dirigido às experiências municipais de encomendas, destacando seu papel no fomento ao crescimento dos mercados locais. Essa publicação representa não apenas uma contribuição valiosa para a literatura, mas também serve como inspiração para futuras pesquisas, perpetuando a qualidade e seriedade que marcaram a carreira do professor Mario André.

A temática sobre o desenvolvimento econômico também é trabalhada no artigo “Entre a pobreza e a riqueza: renda de cidadania como política de investimento e desenvolvimento”, que foca na função social desempenhada pela renda de cidadania. No texto “Modelos regulatórios e *compliance*: a influência das ações das agências regulatórias para a formação da cultura de conformidade”, os autores discutem o papel da regulação responsiva e sua articulação com a governança corporativa, capaz de promover uma cultura de integridade.

- FELIPE CHIARELLO DE SOUZA PINTO
- MARCO ANTONIO LOSCHIAVO LEME DE BARROS

Na seção “Cidadania Modelando o Estado”, um destaque é a pesquisa quantitativa apresentada no texto “Sistema judiciário brasileiro: histórico e dados comparativos durante a pandemia de Covid-19”, que analisa as mudanças no sistema judiciário brasileiro durante a pandemia de Covid-19. Essa pesquisa aborda como a crise sanitária global reconfigurou as práticas e os procedimentos judiciais. Além disso, o direito à saúde é examinado sob a ótica dos serviços digitais no manuscrito “Transição digital e direito à saúde: desafios atuais e futuros”. O estudo explora como o Estado está utilizando novas tecnologias para melhorar o acesso e a eficácia dos direitos sociais, focando em como estas inovações impactam a entrega dos serviços de saúde.

Na seção final, focada em “Historicismo do Direito, Racionalidade Jurídica e Sistemas Sociais”, é dada uma atenção especial ao ensino e ao direito à educação. O artigo “Na prática, a teoria é outra: reflexividade no ensino jurídico-penal e os aportes de Marc Galanter” explora os desafios do ensino jurídico. Baseando-se nas ideias do jurista americano Marc Galanter, discute-se como o direito pode perpetuar desigualdades. Isso ilustra a necessidade de maior reflexão sobre a seletividade da justiça criminal no contexto do ensino do direito penal. Paralelamente, no texto “Direito à educação e a sua dupla dimensão no âmbito dos direitos da personalidade”, a importância fundamental do direito à educação na formação da personalidade é destacada. Os autores argumentam que esse direito é um pré-requisito para o pleno exercício de diversas liberdades civis, da autodeterminação e da cidadania.

Desejamos a todos uma excelente leitura nesta primeira edição de 2024.

São Paulo, março de 2024.

Editor Acadêmico

Professor Doutor Felipe Chiarello de Souza Pinto

Editor Executivo

Professor Doutor Marco Antonio Loschiavo Leme de Barros



SUMÁRIO

Poder Econômico e seus Limites Jurídicos

1. Encomendas tecnológicas em entes subnacionais: fundamentos jurídicos e breve estudo de caso (Lagoa de Piratininga, Niterói – RJ)
2. Entre a pobreza e a riqueza: renda de cidadania como política de investimento e desenvolvimento
3. Modelos regulatórios e *compliance*: a influência das ações das agências regulatórias para a formação da cultura de conformidade

A Cidadania Modelando o Estado

4. Audiências de custódia por videoconferência: primeiras impressões dos juízes do Oeste Paulista
5. Autonomia das Agências Reguladoras no Brasil: um exame da ADI 1949/RS e das suas implicações
6. Sistema judiciário brasileiro: histórico e dados comparativos durante a pandemia de Covid-19
7. Transição digital e direito à saúde: desafios atuais e futuros
8. Meio ambiente e a abordagem participativa para a autodeterminação dos povos indígenas

Historicismo do Direito, Racionalidade Jurídica e Sistemas Sociais

9. Na prática, a teoria é outra: reflexividade no ensino jurídico-penal e os aportes de Marc Galanter
10. Direito à educação e a sua dupla dimensão no âmbito dos direitos da personalidade
11. Novas perspectivas constitucionais: diálogos entre a Sociologia das Constituições de Alberto Febbrajo e a Constituição da Terra, de Luigi Ferrajoli
12. A inteligência artificial como instrumento de apoio à racionalidade no processo legislativo